

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-6-2024.

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas, foi realizada a primeira chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Fernanda Barth, Giovani Culau e Coletivo, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoní Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Professor Vitorino e Psicóloga Tanise Sabino. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/24 (Processo nº 0311/24), de autoria de Jonas Reis. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Tiago Albrecht, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período da Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Fernanda Barth, solicitando o adiamento do período de Grande Expediente. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Márcio Bins Ely, solicitando o adiamento do período de Comunicações. Às quatorze horas e dezenove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia três ao dia cinco de junho do corrente ano. Foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02, de autoria de Claudio Janta, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24 (Processo nº 0364/24), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio destas Emendas às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 04, de autoria de Alvoní Medina e José Freitas, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio destas Emendas às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada a Emenda nº 05, de autoria de Claudio Janta, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio

desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 06, de autoria de Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 07, de autoria de Roberto Robaina, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foram apregoadas as Emendas nºs 08 e 09, de autoria de Biga Pereira e Giovani Culau e Coletivo, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio destas Emendas às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Biga Pereira, solicitando votação em destaque para as Emendas nº 08 e 09 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada a Emenda nº 10, de autoria de Alvoni Medina e José Freitas, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 11, de autoria de Mônica Leal e Mauro Pinheiro, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada a Emenda nº 12, de autoria de Cassiá Carpes, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Cassiá Carpes, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada a Emenda nº 13, de autoria de Mônica Leal, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 011/24 (Processo nº 0356/24), após ser discutido por Adeli Sell e Claudio Janta. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Aldacir Oliboni e aditado por Cláudio Janta, solicitando a suspensão da apreciação do Projeto de Lei do Executivo nº 011/24 e que se passasse imediatamente ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24 (Processo nº 0364/24), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Tiago Albrecht, Engº Comassetto, Adeli Sell, Claudio Janta, Comandante Nádia, Prof. Alex Fraga, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Pablo Melo, Mônica Leal, Fernanda Barth e Márcio Bins Ely. Ramiro Rosário formulou Requerimento verbal, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada declaração firmada por Fernanda Barth, Líder da Bancada do PL, informando o impedimento da suplente Camila Nunes em exercer a vereança, em

substituição a Idenir Cecchim, que se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia três ao dia seis de junho do corrente ano. Foi apregoada certidão, a qual informa que a suplente Camila Nunes se encontra filiada ao Partido Liberal – PL. Foi declarado empossado na vereança o suplente Professor Vitorino, em substituição a Idenir Cecchim, que se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia três ao dia seis de junho do corrente, sendo que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e doze minutos às dezesseis horas e dezesseis minutos. Foi apregoado Requerimento de autoria de Tiago Albrecht, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 04 e 10 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Biga Pereira, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foram apregoadas as Emendas nºs 14 e 15, de autoria de Claudio Janta, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio destas Emendas às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 14 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 15 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada a Emenda nº 16, de autoria de Mônica Leal e Mauro Pinheiro, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 16 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 16 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada a Emenda nº 17, de autoria de Biga Pereira e Giovani Culau e Coletivo, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Biga Pereira, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 17 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada a Emenda nº 18, de autoria de Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Albrecht, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 18 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi apregoada a Emenda nº 19, de autoria de Jonas Reis, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 20, de autoria de Cláudia Araújo, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, bem como aprovado Requerimento

solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 20 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Airto Ferronato e Claudio Janta pronunciaram-se em encaminhamento à votação da Emenda nº 04, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. José Freitas formulou Requerimento verbal solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Claudio Janta formulou Requerimento verbal solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 02, 04 e 05, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, sendo que, conforme acordo dos líderes e da totalidade dos vereadores presentes, Mauro Pinheiro declarou retiradas de tramitação estas Emendas. Após Requerimento verbal formulado por Jonas Reis, Mauro Pinheiro declarou retirada de tramitação a Emenda nº 19, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, conforme acordo dos líderes e da totalidade dos vereadores presentes. Foi aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Roberto Robaina formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando inclusão do Requerimento nº 073/24 (Processo nº 0395/24) na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Roberto Robaina, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi aprovada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, após ser encaminhada à votação por Giovanni Culau e Coletivo. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e três minutos às dezesseis horas e quarenta e sete minutos. Foi aprovada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, parcialmente prejudicada. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi aprovada a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes. Foi aprovada a Emenda nº 14 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Mauro Pinheiro, presidindo, declarou parcialmente prejudicada a Emenda nº 17, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi aprovada a Emenda nº 17 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, parcialmente prejudicada. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e cinquenta e seis minutos às dezessete horas. Foi aprovada a Emenda nº 18 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 20 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24, parcialmente prejudicada. Foi aprovada a Emenda nº 13 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24. Foi constatada existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudia Araújo. Foram apregoadas as Emendas nºs 02, 03 e 10, de autoria de Jonas Reis e Engº Comassetto,

apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24 (Processo nº 0356/24), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio destas Emendas às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria de Jonas Reis e Engº Comassetto, à Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Subemenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Engº Comassetto, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 02, 03 e 10 e para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Engº Comassetto, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoada a Emenda nº 04, de autoria de Alvoní Medina e José Freitas, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foram apregoadas as Emendas nºs 05 e 06, de autoria de Biga Pereira e Giovani Culau e Coletivo, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio destas Emendas às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Biga Pereira, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 05 e 06 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoada a Emenda nº 07, de autoria de Cláudio Janta, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoada a Emenda nº 08, de autoria de Roberto Robaina, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoada a Emenda nº 09, de autoria de Karen Santos e Pedro Ruas, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoada a Emenda nº 11, de autoria de Roberto Robaina, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Biga Pereira, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Foi apregoada a Emenda nº 12, de autoria de Biga Pereira e Giovani Culau e Coletivo, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Biga

Pereira, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/24. Às dezessete horas e vinte minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Pablo Melo, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 011/24; os Projetos de Lei do Executivo nºs 009 e 018/24; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 691/23 e 013, 038, 077, 103 e 169/24. Às dezessete horas e vinte e um minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Gostaria de convidar os líderes para conversarmos. Pode ser os vereadores que estão presentes: Ver. Ramiro, Ver.^a Lourdes, Bosco, Cassiá, Claudio Janta, Fernanda, Karen, Márcio Bins Ely... Espero que não tenha esquecido ninguém.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Nós deliberamos entre os líderes, também com a Ver.^a Barth, que falaria em Grande Expediente, até em homenagem aos empreendedores que estão nas galerias, para a votação de projetos que a cidade tanto espera.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Com a compreensão de todos os vereadores e líderes, nós não usaremos o tempo de liderança, vamos partir direto para a votação dos quatro projetos do Executivo que envolvem as enchentes de Porto Alegre.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Márcio Bins Ely (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Comunicações para a próxima sessão, para não perdermos tempo e podermos auxiliar no que a cidade está precisando, com urgência.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(14h19min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Ver. Idenir Cecchim solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 03 a 05 de junho de 2024. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas n^{os} 01 e 02, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLCE n^o 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas n^o 01 e 02 ao PLCE n^o 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda n^o 01 ao PLCE n^o 006/24.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n^o 01 ao PLCE n^o 006/24.

Apregoo as Emendas n^{os} 03 e 04, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLCE n^o 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas n^{os} 03 e 04 ao PLCE n^o 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n^o 03 ao PLCE n^o 006/24.

Aprego a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 06, de autoria dos vereadores Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLCE nº 006/24.

Aprego as Emendas nºs 08 e 09, de autoria dos vereadores Biga Pereira e Giovanni Culau e Coletivo, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 08 e 09 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 08 e 09 ao PLCE nº 006/24.

Aprego a Emenda nº 10, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 10 ao PLCE nº 006/240 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 11, de autoria dos vereadores Mônica Leal e Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 11 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 11 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo a Emenda nº 12, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 12 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 12 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo a Emenda nº 13, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 13 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Era essa a matéria a ser apregoada até o presente.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Presidente, Mauro, eu gostaria de registrar minha presença.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Registro a presença do Ver. Moisés Barboza.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0356/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/24, que altera o inc. I do art. 3º, o *caput* do art. 4º; inclui o parágrafo único no art. 9º e o art. 10-A; e revoga o parágrafo único do art. 4º na Lei nº 11.229, de 6 de março de 2012 que institui o bônus-moradia e dá outras providências. (SEI 118.00473/2024-66)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com **Emenda nº 01 (destacada)**, dos Vers. Jonas Reis, Adeli Sell e Aldacir Oliboni;
- incluído na Ordem do Dia em 27-05-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLE nº 011/24](#). (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Mauro Pinheiro, Presidente desta Casa; vereadoras, vereadores; senhoras e senhores que acompanham esta sessão. Eu fiz questão de ser o primeiro inscrito para discutir a matéria sobre o bônus-moradia. Vou lembrar para aqueles que na época que aprovamos o bônus-moradia nesta Casa, tentaram me defenestrar porque achavam que era uma matéria populista, que deveria advir do Executivo. Na época, foi muito importante para resolver o problema de mais de 900 famílias no trajeto da Tronco; pessoas puderam optar por comprar um terreno na proximidade para ir para outra região mais próxima de onde trabalhavam, foi feito uma costura, naquele momento, com o Executivo, e nós temos hoje uma legislação, passados vários e vários anos, que servirá agora, mais do que nunca, apenas para algumas pequenas modificações. Eu reivindico a autoria desta lei, não porque simplesmente eu fui o autor na época, mas porque vários parlamentares, de várias posições políticas, se opuseram. Ele foi útil no passado e será muito mais útil agora, porque a grande questão que nós vamos enfrentar é o problema da moradia; bairros completamente destruídos, casas que se foram, em especial na Ilha da Pintada, casas que se foram no Humaitá, também as propriedades industriais, comerciais e de serviços que até hoje estão debaixo da água. Por isso que é importante a memória, o resgate da memória. Eu sou um estudioso da cidade, escrevo sobre a cidade, resgato semanalmente em vários escritos a história desta cidade. Está marcado na história de Porto Alegre que o Bônus-Moradia começou na periferia para

ajudar o pessoal da grande Cruzeiro. Hoje ajudará vários e vários bairros. Sábado, ao percorrer ruas e ir com o pessoal para começar a limpeza do Teatro Terreira da Tribo, no 4º Distrito, eu vi uma praça de guerra, a destruição de um bairro. Não é diferente no Humaitá e pior ainda talvez seja hoje a situação do Sarandi. Lembrando que em 2003 houve um grande processo contra a Prefeitura por causa do Arroio Feijó. Em 2013, o mesmo problema que está ocorrendo lá hoje com aquela barreira que foi danificada. Nós precisamos ter a atenção dos governantes, porque agora, para concluir, o grande problema, neste momento, passados os resgates, as pessoas se acomodando, vai ser o amargo regresso. Me lembrei, ontem, de um filme de 1978, que deu o Oscar para Jane Fonda e John Voight, o Amargo Regresso, o pessoal que voltava da Guerra do Vietnã. O nosso amargo regresso é o prejuízo da catástrofe, mas nós temos um Parlamento que pensa, que discute e, da minha parte, como vereador histórico do PT, da oposição, nós estamos unidos pela reconstrução de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, por isso queremos aprovar aqui as modificações do bônus-moradia. Não há espaço para notícias mentirosas, não há espaço para disputas mesquinhas no campo da ideologia, mas há, sim, uma voz unificada, porque, se no passado, as nossas façanhas não foram tais quais a gente queria, que nós façamos as nossas façanhas agora e já.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 011/24.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Presidente, sugiro fazermos um bloco para as emendas do primeiro projeto e solicito ao líder do PSOL retirar o destaque da emenda dele e colocarmos todos no mesmo bloco.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Enquanto o Ver. Claudio Janta discute, os vereadores podem ir organizando o bloco, nós colocamos em votação, e se for da vontade do plenário, votaremos em bloco. Ver. Claudio Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente e colegas vereadores, o bônus-moradia é necessário para a população que se encontra... Nós vimos mesmo, neste fim de semana, a retirada de algumas casas de cima do dique. Nós temos necessidades nas áreas que historicamente alagam na cidade de Porto Alegre, é necessário que essas pessoas tenham dignidade. Nós estamos dando um bônus de R\$ 127 mil. Eu me questiono se não era mais fácil nós pegarmos os prédios públicos que existem e arrumarmos esses prédios para moradia, se não era mais fácil nós pegarmos uma lei aprovada nesta Casa que permite que os prédios comerciais da cidade de Porto Alegre – inicialmente era somente no Centro e depois a Ver.^a Mônica estendeu para toda a cidade – se veja a viabilidade com seus proprietários e se transformem em prédios de moradia. Por que eu falo isso? Quem manda é o mercado. Se nós tivermos em torno de 20 mil pessoas, que é mais ou menos a população que nós temos em abrigos, procurando imóveis em Porto Alegre, um imóvel que hoje custa R\$ 125 mil, R\$ 130 mil, provavelmente

chegará a R\$ 200 mil rapidinho. O que me preocupa é isso, pegar esse recurso todo e ter uma intervenção pública nos projetos que já aprovamos aqui nesta Casa que permitem que – e no Centro tem muitos desses prédios comerciais, na Av. Osvaldo Aranha tem muito desses prédios comerciais, na Av. Protásio Alves, na Av. Assis Brasil – esses prédios possam se transformar em prédios residenciais. Mantém embaixo a loja, mantém dois, três andares de consultórios, escritórios e o restante se transforme em moradia. Então nós trazemos essa reflexão para o governo, para as secretarias do governo, para as universidades, para os arquitetos, para os urbanistas, de nós ocuparmos o que já existe de abandonado na cidade de Porto Alegre, fazer a ocupação do que já existe de abandonado na cidade de Porto Alegre. Nós teremos dificuldades, mesmo que a gente ocupe e faça essa compra de todos os imóveis disponíveis na cidade de Porto Alegre, de ter essa quantidade, esse número de imóveis na cidade de Porto Alegre. Então é importante não só nós termos esse recurso, é importantíssimo esse recurso para as pessoas que estão hoje em alojamentos. Agora é importantíssimo nós vermos uma saída para essas pessoas que não seja somente o mercado imobiliário, que não seja somente o que já está construído, o que já está na mão das construtoras, porque veremos, em breve, o aumento do metro quadrado na cidade de Porto Alegre. "É do mercado", irão dizer, assim como veremos o aumento do metro quadrado em vários outros quesitos que nós vamos precisar. Nós achamos que é importante ver isso. Assim como nós também achamos que é importante, já vimos levantando isso há muito tempo, ver a questão das pessoas que geram emprego na cidade de Porto Alegre. Essas pessoas, temos certeza, não vão conseguir seguir com o seu negócio com os auxílios que nós estamos dando aqui. É imprescindível para essas pessoas que estão gerando emprego, essas pessoas que estão gerando renda, que estão arrumando as suas empresas para voltar a atender, para voltar a criar renda e emprego na cidade de Porto Alegre, que, neste momento muito difícil, o poder público seja parceiro, que o poder público, na verdade, seja a cidade do empreendedor não somente no discurso, que ajude o empreendedor fazendo a sua parte. Nós não podemos cobrar impostos de algo que não vai existir, não tem como cobrar imposto de uma empresa que não vai existir. Antes dessa enchente, nós tínhamos alguns bairros de Porto Alegre com imóveis para alugar, pode-se dizer, até uma década, e esses imóveis não estão recolhendo IPTU. É preferível nós termos renda, é preferível nós termos emprego na cidade de Porto Alegre a ficar somente dependendo do IPTU na nossa cidade. Nós precisamos, de fato, ser uma cidade parceira dos empreendedores, parceira da geração de emprego e renda na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente Mauro, eu estou me deslocando para a Câmara, o Ver. Cecchim hoje não estará. Nós não damos acordo para bloco para as emendas, nós vamos discutir emenda a emenda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadora, quando entrar em votação, a senhora vota. Por enquanto, não tem votação.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Ah, está bem, está ok. Eu entendi que tinha um requerimento a ser votado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Por enquanto, não tem nenhum requerimento a ser votado, vereadora. Quando tiver, a senhora vota.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Qual? Qual é o bloco? Não apresentaram o bloco ainda. Ver. Adeli Sell.

Vereador Adeli Sell (PT): Por uma questão de ordem. Aquilo que V. Exa. e o diretor legislativo acabam de colocar para os líderes, seja dito no microfone para todos os presentes aqui e quem nos assiste, qual é o procedimento legal e regimental. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Tendo a solicitação de formação de bloco, tem que ter acordo de todos os líderes partidários presentes no plenário. Eles dando acordo, vai se formar o bloco. Os vereadores se reúnem, formam o bloco e apresentam o requerimento para a votação do bloco. Se for votado que tem acordo, por todos de novo, isso, o bloco daí...

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, Presidente...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Para se formar um bloco tem que ter acordo, depois os vereadores apresentam o bloco e aí se vota, se tem acordo ou não, para formar o bloco daquelas emendas. Tendo acordo, se votam em bloco as emendas, se não tiver acordo...

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Pelo que entendi, tem acordo geral aqui.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Não tem acordo geral.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O MDB vota "não", se o MDB... Quem é o líder do MDB? (Pausa.) O Ver. Cecchim não está, daí quem é o líder?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Eu sou líder...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não líder do governo, é líder do MDB, não precisa ser o do governo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Ah, sim.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente, pelo PL não tem acordo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Pelo PSD, também não.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): É só quem está presente no plenário que pode se pronunciar.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Como assim, se o híbrido é válido também...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não estamos votando, vereadora. Nós aprovamos que a tribuna só será utilizada pelos vereadores do plenário, não tem mais utilização de tribuna por vereadores que não estão no plenário.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): A partir de agosto, pelo que eu sei.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O MDB dá acordo? O MDB não dá acordo, se o MDB não dá acordo, não dá para formar bloco, vamos emenda por emenda.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não, se não tem acordo, infelizmente não tem acordo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não tem acordo, então não formamos bloco. Sim, se o Cecchim não está, um dos dois é o líder, não é?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, eu só queria... Depois, seria muito importante, eu não sei o diretor legislativo, na votação das emendas, porque eu tenho, como o senhor sabe, um projeto, que eu acho que está na Ordem do Dia, que é de isenção do IPTU por um ano diante de episódios como esse que tivemos em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, de enchentes. É um projeto de lei. Mas, ao mesmo tempo, nós temos uma série de emendas num projeto do governo que prevê a isenção por apenas dois meses. E depois eu gostaria que a Diretoria Legislativa nos esclarecesse para que a gente não tenha prejudicialidade, porque eu tenho uma emenda que garante a isenção do pagamento de IPTU do ano de 2024, dos meses que faltam, e do ano de 2025 inteiro para as regiões que foram afetadas por enchentes. Eu vi que tem uma emenda do Ver. Ramiro Rosário, do NOVO, que prevê a isenção de IPTU em 2025 e em 2026. Evidentemente, eu não quero nenhuma prejudicialidade. Então, depois, temos que ver como encaminhamos na hora da votação, porque eu tenho muito convencimento de que é necessário isentar de IPTU, tanto que eu tenho esse projeto e eu espero que o NOVO,

acredito que o NOVO, depois, vai dar acordo para que nós tenhamos a aprovação de um projeto de lei, para que nós não tenhamos que discutir diante de cada enchente quando tem ou não tem isenção de IPTU, porque quando tem enchentes que destroem famílias, que destroem empresas, não é possível que as pessoas ainda terem que pagar IPTU, e essa é a natureza do projeto de lei que será votado em seguida. Agora, nós vamos à votação dos projetos do governo. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Diretoria Legislativa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É uma coisa importante relembrar esse detalhe, vamos dar um exemplo hipoteticamente: nós temos duas emendas, ambas estabelecendo prazos para um determinado benefício, a Câmara vai escolher o prazo que ela quer. Se ela escolher o prazo da emenda que está antecedente, obviamente estará prejudicado o prazo da subsequente. No entanto, caso a Câmara queira aprovar a subsequente, terá que rejeitar a antecedente.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Eu gostaria de reforçar, só para entender, que nós tivemos, então, o requerimento que eu propus, em nome de diversos líderes, sugerindo fazer um bloco, e foi rejeitado esse bloco pelo MDB. (Pausa.) Obrigada pelo registro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O líder do MDB não quis...

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Os demais partidos mantêm o acordo de fazer um bloco para todas as emendas?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Sim. Como nós precisamos aprovação de todos os líderes partidários, e o MDB votou contra a formação de um bloco, não se pode fazer o bloco.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): *O.k.*, obrigada pelo registro.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, queria fazer mais um apelo aos vereadores do MDB, do prefeito Melo, que pudessem retirar o seu voto negativo e deixar o voto positivo para a gente formar um bloco pela cidade, unidade de toda a Câmara de Vereadores pela cidade. Empresas estão paradas há um mês, moradores não conseguem voltar para as residências, é hora de a Prefeitura e a Câmara, juntas, abraçarem a cidade. Por favor, MDB do Melo, por favor!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, vereador.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Nós estamos diante de um impasse de um partido, o MDB, que não dá acordo para a votação dessas emendas todas, que são muitas. Eu acredito, e faço um apelo ao MDB, que diga qual a emenda ele não está disposto a votar e que se coloque todas as outras num acordo. Acho que aí nós já sanamos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Ferronato, essa construção é dos vereadores aí no plenário.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Estou sabendo, mas que o MDB diga o que não vão votar. E mais - atenção, atenção - uma observação...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Enquanto nós vamos votando, enquanto vamos discutindo, os vereadores vão construindo acordo, se não for um acordo das oito emendas, pode ser de quatro, cinco emendas.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Estou falando, estou com a palavra. Meu Presidente, mais uma observação que é indispensável, atenção: que o Ver. Ramiro e o Ver. Robaina deem uma analisada na emenda de maior alcance sobre a isenção de IPTU, de que se retire a outra. Senão, daqui a pouco, vai haver confusão nisso. É interessante... Não é depois...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Eu acho que o Ver. Pablo está fazendo um acordo. A Ver. Fernanda Barth está com a palavra.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Eu confesso que, no projeto 01, eu tenho dificuldade em aprovar duas emendas. Eu me sinto muito constrangida e o PL não tem como dar acordo para votar todas as emendas em bloco para o projeto nº 01. Na 03 e na 07, que são muito similares por sinal, eu não tenho como votar favorável. Já digo, já aviso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Podemos fazer um acordo com as outras seis emendas, tirando...

Vereador Pablo Melo (MDB): Presidente, como liderança do MDB, damos acordo, sim, Ver. Ramiro. É que nós estávamos numa outra discussão, mas, para o PLE nº 011/24, *o.k.*, para votar em bloco as emendas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quais emendas? Todas as emendas, vereador? As oito?

Vereador Pablo Melo (MDB): O que for definido aqui entre as lideranças.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então, vocês façam acordo de quais emendas...

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, como eu esclareci no início, nós temos interesse em votar tudo em bloco, vamos votar favoravelmente. Além disso, eu deixei claro que eu tenho um projeto de lei – não é uma emenda, é um projeto – para ser votado depois, que garante isenção de IPTU para quando tivermos empresas ou famílias vítimas de enchentes. Isso é uma coisa; a outra é a emenda ao projeto do governo. Eu vi que tem uma emenda que garante a isenção até 2026, que é a emenda que o Ramiro Rosário apresentou. A emenda que eu fiz garantia até o início de 2026, até 2025, então, eu não tenho nenhum em retirarmos essa emenda para que nós possamos votar em bloco, aprovarmos todas as emendas e melhorarmos substancialmente o projeto do governo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós estamos discutindo o projeto nº 01, que é o bônus-moradia. Então, o Ver. Pablo, que não dava acordo do MDB para fazer o que votar em bloco, está dando acordo, só tem que acertar quais as emendas que vão participar do bloco. Então solicito aos vereadores que tentem fazer um acordo no plenário dizendo para quais emendas têm acordo. Pergunto se mais algum vereador quer discutir a matéria. Se não, nós vamos suspender por alguns minutos, porque entrou mais uma emenda, a Emenda nº 09, que precisa ser apregoada antes de encerrar a discussão.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu sou o autor da Emenda nº 09, Presidente. Gostaria que fizesse parte do acordo. Só isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Estamos só aguardando, vereador.

(Manifestações no plenário.)

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, e o nosso diretor legislativo? Diretor legislativo, por obséquio, a Emenda nº 03, que tinha um desacordo aqui... Nós temos uma pequena modificação de redação aqui para dar o acordo na Emenda nº 03 e na Emenda nº 07, que diz o seguinte: "que sejam destinados os próprios públicos municipais..." Aqui está uma vírgula. Nós tiramos a vírgula e colocamos dois pontos. Só isso.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Para garantir que seja só o que é público.

Vereador Engº Comassetto (PT): Garantir que é só o público, não os privados. A intenção foi essa. A redação aqui que ficou... *O.k.*? Estamos acordados. Obrigado.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Acordado? A Emenda nº 03 e a Emenda nº 07.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, como líder do governo, nós não temos acordo para fazer bloco. Nós vamos discutir emenda por emenda, e nós vamos votar emenda por emenda.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): *O.k.* A Ver.^a Cláudia Araújo não dá acordo para a formação dos blocos.

(Manifestações no plenário.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É uma posição lamentável, Presidente. Agora, eu só gostaria de saber do diretor legislativo se a Emenda nº 09 já foi apregoada. Porque ela já consta inclusive no espelho, não é? A Emenda nº 09, de minha autoria. Já consta?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Juntada ao processo, vereador, nós não distribuimos o espelho. Não tem mais espelho.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós vamos apregoar agora.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Tiago Albrecht.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, em nome do partido NOVO, eu lamento que o governo MDB tenha feito essa manifestação, porque, para nós, do NOVO, e acredito que para a esquerda, por exemplo, há projetos em que também temos divergências. Mas, neste momento, temos as galerias cheias de empreendedores que queriam estar lá, limpando o barro, querendo que o seu negócio possa voltar e aguardando o nosso trabalho. Mas, se o governo e o MDB querem trabalhar contra os empreendedores, o NOVO lamenta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Aldacir Oliboni.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, à medida que cada líder, cada vereador vem aqui falar, está propondo votar em bloco as emendas. Nós temos o PLCE nº 006/24. Todos são importantes, mas o PLCE nº 006/24 trata da obrigatoriedade do cumprimento de obrigações tributárias, motivo pelo qual as pessoas estão aqui. Queremos que esse projeto seja antecipado e seja o primeiro. Essa é a grande discussão, porque senão, nós vamos ficar aqui até a meia-noite. É isso que temos que fazer, inclusive o Ver. Ramiro tinha salientado isso. E fazer um acordo das emendas apresentadas. São 13 emendas, é preciso ter um acordo para resolver o PLCE nº 006/24; depois nós temos tempo para discutir outros projetos. É isso.

Vereadora Mônica Leal (PP): O partido Progressista dá acordo para esse projeto. Abrir agora, já com discussão e votação.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Sr. Presidente, conforme já manifestamos anteriormente, na última quarta-feira, inclusive, demos acordo, Ver. Oliboni, para que o item 03 seja o próximo dentro da priorização do dia.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, eu preciso corrigir uma informação. O Ver. Pablo me corrigiu; o MDB deu acordo. Quem não deu acordo foi a liderança do governo. Obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, por gentileza. Primeiro lugar: por óbvio, em nome da cidade e do interesse das pessoas que estão representando a cidade, neste momento, aqui na Casa, o PSOL vai dar o seu aval para o acordo a ser realizado. Segundo: para nós fica muito claro que esse governo hoje, definitivamente, virou as costas para o povo de Porto Alegre.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Presidente, a sugestão é que a gente suspenda os encaminhamentos e discussões do PLE nº 011/24, o coloque depois; e puxe o PLCE nº 006/24 para ser, de fato, o que nós queríamos como primeiro da Ordem do Dia, o PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria dos vereadores Aldacir Oliboni e Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(Manifestações nas galerias.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0364/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/24, que suspende a obrigatoriedade do cumprimento de obrigações tributárias acessórias por 60 (sessenta) dias, com as exceções previstas; concede remissão às parcelas com vencimento original em 8 de maio e 10 de junho de 2024, referente ao parcelamento sem ônus, para o IPTU e a TCL, referentes aos imóveis dos bairros listados nesta Lei Complementar, exceto quanto aos valores recolhidos espontaneamente. **(SEI 118.00475/2024-55)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 29-05-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLCE nº 006/24](#). (Pausa.)

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nenhum vereador se inscreve para discutir?

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadores, nós só podemos encerrar a discussão se não houver mais emendas. Agora entraram várias emendas. Então, nós temos que esperar as emendas serem colocadas no processo. Enquanto não se colocar todas as emendas no processo, não podemos encerrar a discussão, senão serão prejudicadas as emendas que estão sendo apresentadas pelos Srs. Vereadores.

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, enquanto isso, a maioria das lideranças que está aqui sugere manter a votação em bloco de todas as emendas desse projeto também. Gostaria que o senhor consultasse se há acordo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereador, para fazer um bloco de votação com todas as emendas, precisa o acordo de todos os líderes partidários. Se todos os líderes partidários concordarem para a formação de um bloco de votação para todas as emendas, nós o faremos. Se não, este Presidente não pode fazer o bloco de votação.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): E tem que apregoar as emendas, Presidente. Não foram apregoadas ainda.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, nós queremos resolver todas as emendas, atender a todas as possíveis, mas nós estamos fazendo como se estivesse passando um trator. Não pode ser assim, as coisas têm que ser feitas com consciência para que possamos fazer de maneira correta, para que, depois, o prefeito não precise vetar, e há coisas que não podem ser vetadas. Então, temos que ter consciência para fazer a coisa certa. Nós não damos acordo para formação de bloco de votação. Se nós não conseguirmos votar tudo hoje, nós vamos votar na quarta-feira, mas nós vamos fazer com consciência para poder atender a todas as necessidades. Não tem acordo de formação de bloco de votação, pela liderança do governo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está bem, Ver.^a Cláudia Araújo, líder do governo. Não há acordo para formação de bloco.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando esta sessão, todos cidadãos e cidadãs do 4º Distrito que se fazem presentes, como também de diversas regiões da cidade que foram profundamente atingidas com essa grande enchente na nossa querida Porto Alegre. O governo municipal encaminhou para esta Casa 11 projetos de lei, sendo que 7 deles nós votamos na última quarta-feira; os demais estão para serem votados neste momento.

Fiz um requerimento para votarmos esse PLCE nº 006/24, para poder valorizar os cidadãos e as cidadãs que estão aqui nos acompanhando e que merecem e querem um sinal de esperança, de solidariedade e de início das suas atividades na nossa querida Porto Alegre, embora o governo tenha sido omissivo nos inúmeros acontecimentos que ora presenciamos, como foi a colocação das bombas para agilizar a retirada da água, como está sendo na retirada dos entulhos, como está sendo em muitas situações de benefícios para as pessoas poderem acessar o quanto antes, e isso não tem acontecido. Percebemos agora que a liderança do governo, na ausência do líder, também está dizendo que não há acordo para votar emendas que para nós são de extrema importância, porque o projeto de lei apresentado pelo governo municipal isenta, por exemplo, apenas dois meses de IPTU aos cidadãos e às cidadãs atingidos na nossa querida Porto Alegre. Sabemos que isso é mais que insuficiente, é muito insuficiente, é preciso criar um

mecanismo para ampliar esses benefícios, seja no IPTU, seja no ISSQN, seja no apoio estrutural para o financiamento, como está fazendo e propondo o governo federal. Vimos muito pouco do governo municipal, vimos muito pouco do governo estadual, e é preciso, como muitos dizem, nessa parcerização dos três órgãos do governo, perceber que nós só teremos o retorno do imposto se esses cidadãos voltarem a empreender e a terem de volta os serviços para gerar emprego; não só emprego, qualidade de vida, e, acima de tudo, uma cidade que flua com o apoio do transporte público, com a isenção dos parquímetros, com a busca, com certeza, de reestruturação e reabertura dos postos de saúde, enfim, para que possa fluir o que está acontecendo, eu diria, por falta de gestão e falta de iniciativa do atual governo. As brigas políticas deixem ali para frente, vamos agora olhar para o cidadão, porque é de extrema importância, ampliar aqui, sim... O Robaina estava se propondo a retirar a nossa emenda do IPTU porque ela trabalharia na direção de um ano de isenção, e os nossos colegas do NOVO estão apresentando uma outra, até 2026, e nós da oposição estaremos votando com o NOVO para poder ampliar esses benefícios até 2026, porque há uma necessidade nesse momento, de poder perceber que tanto o cidadão que pode perder o emprego, quanto o empreendedor, seja ele pequeno, médio ou grande, precisa de uma sinalização do poder público, e é com vocês que nós votaremos. Por isso pedimos agilidade e a votação da prioridade do número 3 (PLCE nº 006/24) nesse momento. Sejam bem-vindos, porque a cidade é de todos nós. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, assistências, pagadores de impostos que nos assistem na galerias, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara, eu subo a esta tribuna para que os acordos possam ser feitos a contento. Se a gente encerra a discussão, não entram mais emendas; então, para um público não tão afeito ao nosso ritmo, apenas por isso venho aqui, bem como para manifestar que este projeto de alívio de tributos, alívio de capital de giro, é o mínimo que esta Casa pode fazer, olhando para estes empreendedores que aqui estão, olhando para os empreendedores do Sarandi, olhando para os empreendedores do Lami, olhando para os empreendedores do Anchieta; enfim, de todos os bairros afetados. Ainda temos, na Ordem do Dia, socorro também aos mais pobres, aos vulneráveis, com bônus-moradia. Vamos ainda debater também todos os setores da nossa sociedade porto-alegrense, sem populismo. O meu antecessor falou que os extremos políticos da cidade estão tentando convergir para que justamente a nossa cidade possa, a bom termo, e com responsabilidade... Esta Casa, esta Casa do Povo, de legisladores, tem esse direito precípuo, não de ser refém do Executivo, mas com altivez, ela, sim, decidir o que vota, o que rejeita, o que aprova. A se lamentar, Sr. Presidente, a posição irredutível do governo que, além de chegar após os nossos debates, não sei se é por conta de algum compromisso político, se é que se pode fazer política partidária nesse momento, mas que não participa dessa coalisão, dessa nossa conversa a respeito do que é

mais importante. Estamos todos abrindo mão, estamos todos passando por cima de eventuais divergências; quero novamente, carinhosamente, chamar a liderança do governo Melo para esse grande bloco, esse grande esforço, que nós temos de responder, eu diria minimamente, o ideal é que fosse mais, mas ao menos no que tange a impostos, à realidade porto-alegrense, que a gente possa então chegar a um bom termo. Nesse sentido, temos emendas, os diversos partidos têm emendas, e esperamos que aqueles que geram riqueza, repito, que hoje tiveram que sair do meio da lama, da água, olhar para os seus estoques absolutamente deteriorados e perdidos, talvez com lágrimas, talvez com o coração sangrando, e ainda virem aqui para, respeitosamente, como estão fazendo, dar o seu recado... O partido NOVO tem um carinho muito grande por quem gera renda e riqueza nesta cidade, sejam micro, sejam gigantes, sejam médios, todos aqueles empreendedores que acordam cedo, seja da classe social que forem, do bairro que forem, para gerar prosperidade, riqueza e renda nesta cidade. Então o partido NOVO vai trabalhar, nesta tarde, neste projeto, para que o mínimo possa ser feito para suavizar e amenizar essa catástrofe. Obrigado, Sr. Presidente.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Presidente, eu proponho aqui que a gente faça um acordo entre as lideranças para que não haja encaminhamento das emendas; então a gente não precisa votar em bloco, a gente pode votar de uma a uma, mas sem o encaminhamento, para sermos céleres no dia de hoje.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que a Emenda nº 06 ao PLCE nº 006/24 seja votada em destaque. Ao mesmo tempo em que faço essa solicitação, reforço aqui o pedido ao Ver. Roberto Robaina para que ele, como autor da Emenda nº 07, possa retirá-la, já que ela vem a posteriori e concede um benefício menor do que a Emenda nº 06. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, prezados visitantes que aqui estão, eu inicio a minha fala me solidarizando com cada um e cada uma de vocês, assim como com cada um e cada uma de toda a cidade, de todo o Rio Grande do Sul que perdeu tudo ou que perdeu muito. Agora, precisamos reconstruir Porto Alegre, reconstruir o Rio Grande, e, para isso, tem que ter unidade; para isso, tem que ter construção coletiva. O exercício que estamos fazendo aqui, de quase todas as bancadas, independentemente de sua posição, dizer o seguinte: quem está sofrendo, precisa muito mais do que uma pequena divergência entre nós, para aprovarmos um programa que entre logo em exercício, que surta o efeito na vida de cada um. É uma pena que o governo não tenha discutido antecipadamente conosco, para dar unanimidade aqui de votar tudo sem discutir, porque o conjunto de emendas que surgiram, Ver. Ramiro e Ver.^a Biga - pego aqui dois campos políticos -, é a convergência das contribuições de

todos os pensamentos dessa Casa, em função da reconstrução, em função das medidas emergenciais que nós precisamos votar. Dito isso, semana passada conversava com a liderança de vocês, que estava aqui pedindo o apoio para a votação de hoje, eu confesso que não lembro o nome - esqueci o nome... ali está, muito obrigado -, e eu disse para ele que além das políticas municipais, nós tivemos a satisfação de acompanhar o ministro Rui Costa, na quarta-feira, que lançou o programa de R\$ 15 bilhões para as empresas em geral, incluindo grandes empresas, para compra de máquinas, equipamentos de serviço, com custo base de 1% ao ano, com até 60 meses para pagar e 12 meses de carência. Financiamento a empreendimentos: projetos customizados, incluindo obras de construção civil, com custo base de 1% ao ano mais *spread* bancário, prazo de até 120 meses para pagar e 24 meses de carência, assim como capital de giro emergencial, com um custo base de 4% ano para micro, pequenas e médias empresas e de 6% ao ano para as grandes empresas; 60 meses para pagar e 12 meses de carência. Por que eu estou repetindo isso? Aqui, em nome também do governo federal que a nossa bancada representa, para recebê-los de imediato aqui no Ministério de Emergência, com o Ministro Pimenta, para não só esclarecer isso, para também nós ajudarmos a lutar para que a burocracia não emperre, porque nós temos, no meio desse caminho, algo que se chama sistema financeiro e bancos, e bancos nunca querem facilitar nada, querem burocratizar, querem exigir o que não precisa para um programa emergencial. Então eu venho aqui ratificar ao senhor e a todas as representações que possamos esta semana fazer ainda uma reunião para poder trazer as demandas de vocês e encaixar neste programa do fundo social de R\$ 15 bilhões que está sendo destinado para o Rio Grande do Sul, para as empresas em geral, incluindo as grandes, médias e pequenas. Um grande abraço e aqui votaremos de imediato, assim que a nossa Mesa encerrar ali os entendimentos burocrático-administrativos e os acordos políticos que estamos fazendo. Muito obrigado e um grande abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vamos apregoar a posse do suplente Vitorino.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos declaração da Ver.^a Fernanda Barth relativamente ao impedimento da suplente Camila Xavier Mesquita Nunes para assumir o mandato no período, juntando certidão de filiação partidária ao PL.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro empossado o Ver. Professor Vitorino. Seja bem-vindo, vereador.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, eu só quero anunciar que nós protocolamos uma emenda neste projeto para que aqueles que já pagaram o IPTU este ano, os bons pagadores, possam ter algum tipo de haver para o próximo ano. Então esse debate também será feito a quem já pagou o IPTU, veio a enchente, para que possa

ter algum tipo de crédito para a frente, para que o seu imposto seja honrado. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro, colegas vereadores e vereadoras, nós já poderíamos estar votando; nós já poderíamos estar votando, mas, como resolveram fazer confusão, vou tentar esclarecer para que essas confusões não voltem a acontecer. Há dias, não fui eu, eu tinha a mesma pergunta, mas um vereador da base do governo resolveu perguntar sobre o destino das cestas básicas, que havia inclusive acusações, denúncias de desvio de cestas básicas. O governo não consegue esclarecer o método de distribuição de cestas básicas. Porque nós estamos levando para a periferia, onde tem famílias pobres, acudindo dezenas e dezenas de pessoas e não temos cestas básicas; são as pessoas, os voluntários, as nossas relações que estão sustentando centenas de pessoas. E das carretas que vêm, para aonde vai a cesta básica? Agora, como se não bastasse essa barbaridade de o diretor do DMAE mentir na CPI – é crime –, agora não querem fazer acordo para votar algumas emendas que a maioria aqui já é favorável e que ajudará o povo de Porto Alegre. Mas que governo é esse? Governo que não cuida das casas de bombas, porque, há seis, sete anos, nós lembramos que as bombas estavam estragadas. Quando fui lá na entrada da cidade, num sábado chuvoso, de cinco bombas, três estavam estragadas. Dia 16 de janeiro, fiz um vídeo mostrando o problema da Mauá, disseram que compraram quatro equipamentos para rodar energia quando faltasse energia da Equatorial, e não era verdade. Nós queremos votar, queremos dar dignidade, existência digna para moradores, empreendedores, para as pessoas. Não dá para ficar pagando IPTU neste momento. De onde virão os recursos? Os recursos virão de muitas outras fontes. Nós abrimos várias fontes, já reunimos vários empreendedores. Havia pessoas do 4º Distrito quando nós reunimos o setor de gastronomia, o setor de hotelaria, o Sindilojas, o CDL, etc. e tal com duas reuniões que já fizemos no Ministério. Agora, às 16 horas, terá reunião das vossas entidades representativas com o Ministério da micro e pequena empresa, articulada por mim e por outras pessoas. Nós estamos do lado dos empreendedores. Eu fui secretário da SMIC, da indústria e comércio, muitos devem se lembrar inclusive, portanto, aqui estou eu, a minha bancada, os nossos vereadores, as nossas alianças que são múltiplas, vocês conseguiram ver, nós temos a aliança de vários partidos, nós sobrepomos as questões políticas e ideológicas em defesa de Porto Alegre, para reconstruir Porto Alegre, reconstruir o Rio Grande do Sul, e existência digna para quem mora e empreende em Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste, a gente escuta aqui alegações do governo de que não vai ter dinheiro, que nós queremos quebrar o governo. Eu sou do comércio, se eu não tiver o produto, eu não vou vender. Se nós não mantivermos as empresas funcionando, nós não vamos arrecadar IPTU de 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, como tem alguns bairros em Porto Alegre que não arrecadam nada. Não vamos arrecadar. (Palmas.) Nós não vamos ter os funcionários desses empreendedores que aqui estão consumindo na cidade de Porto Alegre. Nós não vamos ter outros impostos porque as pessoas irão estar consumindo onde tiverem empregos. Nós brigamos muito para os senhores trazerem as suas empresas para Porto Alegre. Por muito tempo nós vimos as empresas se mandando, indo para Eldorado, indo para Esteio, Sapucaia, Guaíba, Canas, porque os impostos aqui eram muito altos. Baixaram os impostos, os senhores mantiveram, retornaram ou vieram para cá, baixaram vários impostos e, pasmem, aumentou a arrecadação do Município, porque o dinheiro para o comércio, desde que o mundo é mundo, gira, transforma, faz a roda girar. Então ninguém está pedindo nada que não seja justo aqui, ficar um período sem recolher IPTU, até porque terão que refazer as suas empresas, empresas que terão que surgir do zero. O que falta é o governo explicar por que é que todos os bairros estão no projeto. Por que é que o bairro Azenha está no projeto? Por que é que o Centro Histórico, a parte de cima do Centro Histórico, que não alagou, está no projeto? Por que é que a Cidade Baixa... Hoje fui almoçar na Cidade Baixa e disse: "Aí, como é que foi?" "Não, chegou três quadras para lá, aqui não chegou". Por que é que o Cristal... O Cristal, só chegou na pontinha do Cristal, no resto não chegou. Por que é que o bairro Floresta num todo está no projeto? Por que está no projeto? Quem mora na rua do lado do Cristo Redentor não vai pagar IPTU por um ano. Eu prefiro dar dois anos para quem mora em área realmente alagada, porque lá no Cristo Redentor não alagou, e está no projeto. (Palmas.) Está no projeto, está aqui! Menino Deus, da Getúlio para baixo, alagou; da Getúlio para cima, não. Eu prefiro, em vez de dar um ano para todo o Menino Deus, dar dois anos da Getúlio para baixo. Os moradores estão dizendo isso: "Aqui não alagou".

E outra coisa, agora eu vou para onde eu vivo, para onde eu vou fazer voto. Santa Maria Goretti, Santa Rosa, não alagaram...

(Aparte antirregimental do Ver. Ramiro Rosário.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Mas um pedacinho, Ver. Ramiro, não toda. Se nós pegarmos um pedacinho, o meu bairro alagou. O Itu-Sabará, na rua Paula Soares, alagou, mas, se os senhores botarem o Itu-Sabará, nós vamos beneficiar todo o Itu-Sabará. Eu acho que faltam critérios. Se nós realmente dermos dois anos para toda a cidade de Porto Alegre, nós vamos quebrar a cidade. Agora, se nós dermos este ano e o ano que vem, é meio ano, um ano e meio, para quem realmente alagou, nós vamos estar ajudando a reconstruir a cidade. Reconstruir a cidade! (Palmas.) Projetos de lei que esta Casa aprovou já provaram que não é aumentando impostos, que

não é mantendo a sangria na jugular do empreendedor que nós vamos fazer a economia movimentar. Já provaram que o que faz a economia movimentar é o mercado interno, o que faz a economia movimentar são as empresas dos senhores estarem abertas a semana inteira, estarem abertas nos finais de semana as que são de entretenimento, estarem funcionando, darem vida para a cidade. A cidade virou uma cidade-fantasma! Hoje passa-se na Praia de Belas, ela está fantasma; para chegar aqui na Câmara, quem vem do Extremo-Norte de Porto Alegre, tem que dar um monte de volta, porque para cá está tudo alagado de novo. Temos que dar vida para a cidade de Porto Alegre. E volto a falar do Centro Histórico. Realmente os empreendedores da Rua Voluntários da Pátria, do Mercado Público, da Rua Otávio Rocha precisam desse investimento, mas uma parte da Rua dos Andradas para cima não precisa mais de isenção porque não alagou. Não alagou. Então, eu acho que o que faltou foi um pouquinho de seriedade do governo para tratar as regiões alagadas. Fica mais fácil dizer que não dá, do que dar para quem realmente precisa. E eu acho que é uma falta de respeito com quem está aqui hoje, deixando de estar limpando a sua empresa, deixando de fazer o que tem que fazer para voltar a empreender na cidade de Porto Alegre. Nós não podemos mais, depois desta tarde de hoje, se nós não evoluirmos com estes projetos, dizer que Porto Alegre é uma cidade do empreendedor. Porto Alegre deixa de ser uma cidade do empreendedor e volta a ser uma cidade como qualquer uma, que trata o empreendedor como inimigo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE n° 006/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que está aqui hoje presente, que saiu das suas casas, que saiu do seu trabalho e veio aqui para acompanhar esta votação tão importante que inicia hoje com a suspensão obrigatória do cumprimento das obrigações tributárias do IPTU, da TCL, do ISSQN, que diz muito respeito àqueles que produzem em Porto Alegre. Por certo, uma tragédia sem a gente imaginar, algo que aconteceu de repente e que atingiu bairros que antes nunca tinham sentido nenhum tipo de problema na questão de alagamento. Mas agora nós temos que reconstruir, reconstruir Porto Alegre, reconstruir o Rio Grande do Sul, e se uma parte não abre mão, a outra não consegue fazer os seus trabalhos, não consegue aumentar a sua produção. Quero dizer aqui para vocês que, quando nós falamos em suspensão, falamos que o IPTU e o ISS não serão cobrados, o valor é suspenso e acabou. Mas eu quero aqui trazer outra preocupação: nós estamos falando do Município, os empresários que aqui estão e que procuram a redução do ISS, do IPTU das suas lojas, dos seus empreendimentos, também precisam mais. Eu acredito que o governo do Estado também possa fazer a suspensão do ICMS. (Palmas.) Porque apenas o ISSQN é pouco e eu quero falar com os vereadores que nós possamos buscar junto aos deputados, seja de oposição, sejam independentes, sejam deputados da base do governo Leite, que também façam a suspensão do ICMS, do imposto sobre doações e

heranças. E que também, em nível federal, nós possamos trabalhar principalmente com a bancada do PT, que esteve aqui o Ver. Comassetto, e é muito intimamente ligado ao Presidente Lula, para que IOF, IPI, Cofins e tantos outros impostos, neste momento sejam suspensos, porque, dessa forma, cada ente federativo dará a sua contribuição. E vejam bem, quando eu falo em suspensão é o que aconteceu a partir do projeto de lei que foi votado na Câmara Federal, que suspendeu a dívida do Rio Grande do Sul. O que aconteceu com a suspensão da dívida do Rio Grande do Sul? Durante três anos o Rio Grande do Sul não pagará a conta, no entanto, passados os três anos, nós vamos recomeçar a pagar. Na verdade, naquele momento, a dívida do Rio Grande do Sul deveria ter sido anistiada, ou seja, esses três anos saírem da contagem do governo federal, não aconteceu. Mas aqui, no Município, esse projeto de lei que é trazido pelo Executivo, pelo prefeito Melo e os seus secretários, diz que IPTU, ISS, TCL, enfim, serão suspensos. Isso significa que não serão cobrados, mas que todas as pessoas e empresas que estiverem na área do sombreamento em que houve alagamento não pagarão IPTU, não pagarão ISSQN, até por ser uma forma de reconstruir Porto Alegre. Sabemos da importância de cada empreendedor nessa reconstrução, sabemos a importância do social junto ao empreendedorismo, ao desenvolvimento econômico e sabemos que são os empresários que vão ajudar, ali na frente, a pagar os auxílios que nós aprovamos na última semana, como o auxílio-moradia, o auxílio-humanitário, porque as pessoas, hoje, precisam a mão do Estado – e aqui entendam como Estado o Município –, mas sem estarmos também neste momento auxiliando os empresários, nada acontece. Fica aqui o meu "sim" a esse projeto, "sim" também à emenda que deixa um pouco mais elástico o tempo de IPTU e de ISS suspenso, e mais do que isso, vamos também fazer uma fala, pressionar a Assembleia Legislativa para que o ICMS também seja suspenso neste momento em que o Rio Grande do Sul, assim como Porto Alegre, precisa muito de ajuda. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e aqui presente nas nossas galerias, Presidente Mauro Pinheiro; eu subi à tribuna para discutir o PLCE nº 006/24, que versa, de acordo com a ementa que o governo propôs, a suspensão da obrigatoriedade do cumprimento de obrigações tributárias. Suspensão: suspender por 60 dias a cobrança de tributos. Talvez algumas vereadoras e vereadores não se lembrem que há, aproximadamente, duas semanas, tivemos uma reunião entre os integrantes desta Casa legislativa e secretários representando o prefeito Sebastião Melo. Estavam presentes à reunião o secretário Cezar Schirmer, o secretário Cassio Trogildo, Maurício Loss, do DMAE, entre outros. Eu falei especificamente desse projeto – eu sou membro de um partido da bancada de oposição, mas nós precisamos ter reponsabilidade sobre as nossas ações –, e naquele momento eu não fiz exigências ao governo, mas eu sugeri ao secretariado que retirassem esse projeto porque é completamente injusto suspender uma

dívida que depois se transformará numa bola de neve, amassando as pessoas que têm negócios ou residências nas regiões afetadas pela inundação. Eu sugeri ao governo para retirar esse projeto e que articulasse uma melhor proposta com a base governista e também com os integrantes dos partidos de oposição para que se chegasse a um consenso, a um bom termo que atendesse as pessoas das regiões que foram afetadas, que tiveram prejuízos enormes. E que a pura e simples suspensão de cobrança não iria atender, pois as pessoas precisam recuperar as perdas. Eu falo isso porque participo de uma cooperativa que também foi afetada, que mantém o Colégio Concórdia na Av. Franklin Roosevelt, no 4º Distrito. Passamos semanas limpando as escolas para que os nossos estudantes pudessem recomeçar suas atividades letivas somente hoje. Perdas enormes, não apenas econômicas, mas em termos de formação da juventude que lá espera por nós. E, portanto, senhoras e senhores, quando fiz esse alerta, há duas semanas, para o secretariado do prefeito Sebastião Melo, eu tive a impressão de que algumas bocas sorriram, desdenhando, debochando da minha proposta. A arrogância num momento de crise como o que estamos vivendo é um veneno, é um veneno que corrói as instâncias democráticas, a participação coletiva para tentar buscar respostas ou buscar minimizar os danos dessa tragédia. Eu avisei que nós vamos ter, por conta de um projeto ruim, de um projeto que não atende às necessidades da população das áreas afetadas, uma enxurrada de emendas. Eu falei bem assim: teremos uma enxurrada de emendas porque o projeto proposto é ruim. É ruim! E amassa o povo das áreas que já sofreram e que terão, depois de 60 dias, que pagar valores retroativos. Isso inviabiliza qualquer atividade comercial. Isso massacra o micro, o pequeno empresário, e, portanto, não atende ao que se espera de um governo de uma capital tão importante como a capital do Rio Grande do Sul. Portanto, temos aí um problema grave a ser resolvido neste plenário, e esse problema foi desenvolvido pelo secretariado do prefeito Sebastião Melo. Estamos aqui para tentar buscar uma estratégia, uma saída, um caminho, mas, infelizmente, não há, pela parte do Executivo, ou não houve, a movimentação necessária para enfrentar esse tema de forma sensata e dialogada. Muito obrigado e boa tarde. (Palmas.)

Vereador Claudio Janta (Solidariedade): Eu fui procurado por alguns empresários do 4º Distrito, e venho pedir, já que está aqui uma boa parte dos secretários do governo, que tomem providências na casa de bombas ali da região, porque está voltando a água. Eles limparam na sexta, no sábado e hoje começou a voltar água para as empresas deles. Aí não vai ter recurso, não vai ter nada que seja suficiente para enfrentar a água. Eles estão pedindo aqui a ajuda do governo, que faça funcionar as casas de bombas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Claudio Janta, o que eu posso fazer é solicitar, então, à Ver.^a Cláudia Araújo, que é líder do governo, que faça contato com o DMAE para saber o que está se passando lá, que está voltando a água, para que a gente possa explicar para os empreendedores que estão aqui, que estão sofrendo mais...

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então, a gente solicita aí que o governo possa esclarecer, através de sua líder, o que está se passando com relação ao retorno das águas.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Também no Sarandi. Recebi uma ligação hoje de manhã de um amigo meu dizendo que a água está voltando lá. Peço à Cláudia para que faça esse pedido também sobre o Sarandi.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente Mauro, demais colegas vereadores e vereadoras, e uma boa tarde especial a quem acompanha aqui nas galerias essa sessão de hoje. Mas, para além de uma boa tarde, a nossa solidariedade, a minha solidariedade, a solidariedade da bancada do nosso partido, porque, quem acompanha a sessão aqui na tarde de hoje é também vítima dos dias tristes que vivemos na nossa cidade ao longo do mês de maio. Então, toda nossa solidariedade e compromisso de luta ao lado de vocês. Penso que é preciso, Ver. Ferronato, compartilhar algumas questões nesta tarde: primeiro, uma incompreensão de minha parte e uma indignação com o que nós vivemos aqui, Ver.^a Biga, no esforço da construção de um acordo, porque o MDB, através de seu líder, manifestou a disposição de construir um acordo. O Partido Progressista demonstrou disposição para construir um acordo para acelerar as votações na tarde de hoje. Diversos outros partidos da base aliada, como o Solidariedade, do Ver. Janta, também demonstraram um acordo para acelerar as votações. E a liderança do governo toma o microfone para dizer que não dá acordo. Aqui, em exercício, Ver. Bosco, a liderança do governo não deu acordo para acelerar a votação. Isso é uma irresponsabilidade do governo Melo, isso é uma irresponsabilidade. E eu quero dizer mais: a quantidade de emendas que temos nesse projeto se justifica porque o projeto é limitado, o projeto é insuficiente. O projeto enviado pelo governo para a Câmara é ruim. Na primeira reunião que tivemos com o prefeito, reunião da Câmara com o prefeito municipal, a bancada do PCdoB apresentou ao prefeito um pedido de isenção de IPTU aos atingidos, e o governo envia para a Câmara um projeto que isenta em apenas dois meses. Insuficiente, limitado, ruim, incapaz de colaborar, na dimensão necessária, com empreendedores e empreendedoras desta cidade, que são fundamentais para reconstruir Porto Alegre. Agora se trava, inclusive, uma discussão sobre suspensão ou isenção do ISS, mas o fundamental é dizer que o projeto apresentado aqui é limitado. E no objetivo de contribuir, eu e a Ver.^a Biga Pereira também apresentamos algumas emendas. Emenda para que a gente garanta, Ver.^a Biga, isenção de água e esgoto para quem tem abrigado pessoas que foram desabrigadas e desalojadas. Esse também é um tema importante que

precisa ser discutido no dia de hoje. Nós estaremos juntos para ampliar os benefícios, mas queremos qualificá-los, inclusive garantindo, por exemplo, Ver.^a Biga, isenção de ITBI na segunda compra de casa própria para quem foi atingido pelas enchentes e pelos alagamentos. Nós sabemos bem, e temos visto aqui nesta Casa a desorganização do Executivo, que não tem sido capaz de distribuir as cestas básicas como deveria, que não tem tido transparência, que não tem tido a capacidade de orientar a população, que demonstrou o quão foi omissa na manutenção do nosso sistema de prevenção de cheias, que faz com que lugares sejam alagados, que poderiam não ter sido atingidos da forma como foram. A gente vê o despreparo do Executivo Municipal quando sequer tem conseguido enviar os cadastros das pessoas que buscam o auxílio reconstrução do governo federal e demonstra mais uma vez a sua incapacidade ao não estar à altura da contribuição e do apoio que os empresários da nossa cidade precisam. Por isso, nós vamos seguir firmes na luta pela aprovação das emendas que garantam a qualificação desse projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro encerrada a apresentação de emendas. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, importante destacar que esse gesto dos projetos que vêm do governo é um gesto muito pequeno frente à prevenção que deveria ter sido feita. Isenção de IPTU para um período é um gesto pequeno para uma Prefeitura que deveria ter feito um sistema de prevenção decente e mantido em dia. Três comportas vazaram, 19 casas de bombas colapsaram, e nem gerador, coisa que este Ver. Jonas Reis tinha falado em setembro do ano passado: Porto Alegre tinha que ter geradores à disposição. Se houvesse uns cinco ou seis geradores, não tinha alagado a casa de bomba 16 que alagou Menino Deus, Praia de Belas e Cidade Baixa. Dois geradores resolveriam aqui e não precisaria dar isenção de IPTU para essa região toda. As pessoas perderam móveis, assoalho, rodapé, portas... Cada um do térreo, por baixo, R\$ 20 mil, só na obra da sua residência, fora móveis, eletrodomésticos e a história das pessoas, e isso não tem dinheiro que pague, a história dos bens materiais das pessoas, heranças inclusive.

Estamos aqui fazendo uma votação que considero importante, mas ela é simbólica, porque a Prefeitura não fez o seu dever de casa, ficaram lá, gastaram R\$ 150 milhões em asfalto. Botaram asfalto até na Rua Lucas de Oliveira, que já tinha asfalto bom, mas não fizeram a manutenção das casas de bombas do 4º Distrito; não fizeram a manutenção do dique do Sarandi. Tem um secretário lá que pulava no asfalto, dava pulinhos no asfalto – asfalto novo, asfalto novo –, mas ele não dava pulos nas casas de bombas. Não vi ninguém na volta das casas de bombas, porque encanamento não dá votos, não aparece. Agora, asfalto a pessoa com óculos ou sem óculos vê, né: "Oh, asfalto novo!" O asfalto que botaram na cidade não serviu de nada, porque não respeitaram o Orçamento Participativo que há anos pede saneamento básico. Há sete anos a Prefeitura

não tem um projeto de habitação de interesse social. Aí o prefeito vai para a televisão dizer: "O problema são as pessoas que moram em área de risco". Mas a Prefeitura tem o dever constitucional de fazer habitações para a população. Sete anos sem projeto próprio! Estava lá o secretário, que até agora saiu, vai ser candidato a vereador, pasmem. Como é que o ex-secretário do DEMHAB vai querer ser candidato a vereador se não entregou uma casa com orçamento próprio? Estão lá as casas que deveriam ter sido retiradas antes, retiraram agora, 32 residências no Sarandi. Este mesmo, que era secretário lá do asfalto, estava lá no Sarandi dizendo: "Olha, estamos tirando 32 casas, estamos tirando isso e aquilo." Isso é o governo Melo, e agora a gente tem que dar aqui isenção de IPTU como paliativo. Nós queremos, o Partido dos Trabalhadores, o PT, que sempre votou aqui a favor da população, porque nós não votamos aqui para aumentar o IPTU, e teve gente que votou para aumentar o IPTU. Vocês que estão assistindo, vocês lembram quem votou para aumentar o IPTU? Tinha um secretário, que veio aqui para dentro, secretário do Marchezan, ele veio aqui, o Ramiro Rosário, e votou o aumento do IPTU. Agora ele está botando uma emenda aqui – eu vou votar na emenda dele – para isentar o pessoal de lá. Agora eu estou com ele, mas naquela vez ele veio aqui, cupincha do Marchezan, e meteu o IPTU goela abaixo de vocês todos, do 4º Distrito. Isso tem que ser feito, a fala da verdade, da história.

E agora termino dizendo o seguinte: nós precisamos olhar para esse sistema de prevenção, que era R\$ 124 milhões, que o governo Marchezan perdeu, do PAC prevenção. Dinheiro federal, gente! Perder dinheiro federal é surreal, não dá para entender. Então, está faltando gestão. Se hoje alagou Praia de Belas, Menino Deus, Cidade Baixa de novo – as pessoas que estavam com a casa limpa, está alagando de novo, o térreo é mais baixo, o subsolo –, é porque não fizeram a limpeza das bocas de lobo. Onde estão as equipes do DEP para fazer? Ah, o DEP foi extinto, não tem equipe do DEP para fazer a recomposição das bocas de lobo, hidrojateamento. Ver. Pablo Melo, por favor, lhe peço, V. Exa. que é filho do prefeito, é vereador do MDB aqui na casa: hidrojateamento! Se não vai dar uma chuvinha e a água não vai descer pelo ralo, não vai descer pelo esgoto, porque está cheio de lama, cheio de sujeira. Então não adianta só consertar casa de bomba, dizer que vai botar bomba flutuante, se vem uma chuva torrencial como essa... O chuvisco que deu hoje alagou. Então, prestem atenção: hidrojateamento, limpeza dos buracos, emergencial! Cadê o diretor aquele do DMAE, que vai por aí falando: "Ah, tudo bem, vamos torcer para não chover." Não, não existe aqui misticismo, torcer para não chover, aqui é gestão que a gente tem que ter. Se chover a cidade tem que estar preparada, tem que desentupir as bocas de lobo, senão não vai adiantar, a água não entra, fica ali empossada, não tem casa de bomba que chupe, que sugue a água com barro, com lodo; tem que ter equipes agora - secou uma quadra, equipes de hidrojateamento. Porque, para fazer um contrato emergencial com a empresa de lixo, lá de Gravataí, R\$ 19 milhões, eles foram ligeiros; aí, eles foram assim, a jato, como aquele personagem dos desenhos animados, o The Flash, R\$ 19 milhões. Até agora o lixo está nas ruas. Que empresa é essa? Então, para algumas coisas, eles são ligeiros; já anunciou lá o Marsal, não sei o quê, essa empresa aí, metida em escândalos em New

Orleans. Para buscar empresa metida em escândalo, é ligeiro; agora, para limpar as bocas de lobo, que seguem entupidas, tirar o lixo da rua, consertar as casas de bombas, aí não tem. Então, é para vocês verem com quem estamos lidando. Hoje, aqui, eles, do MDB, não queriam votar o acordo para os blocos, por isso que está demorado, já poderíamos ter votado e aprovado para todo mundo que sofreu com a enchente. É o MDB; a líder do governo vem para cá, não quis fazer a autorização. E agora, o que vai acontecer? Nós queremos votar. A população precisa, e digo de novo: isenção de IPTU é simbólico porque não chega a 5% do que as pessoas perderam, a isenção de IPTU e da taxa de lixo, que é pequeníssima, então não chega os pés do que as pessoas sofreram, e digo mais: processo administrativo - entrem na Prefeitura. Vocês que perderam tudo têm que entrar contra a Prefeitura, façam Boletim de Ocorrência, é fundamental. Vocês foram prejudicados pelo ente federado; não estou falando de governo, o ente federado tem que ser responsabilizado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, aqueles que nos acompanham nas galerias, em primeiro lugar é importante informar àqueles que nos acompanham aqui, nas redes sociais, pela televisão, que exatamente esses 60 dias de suspensão de IPTU proposto pela Prefeitura é para fazer a avaliação de todos os danos que ocorreram em todas as regiões da cidade, afetadas pela enchente, a maior da história do Brasil. Eu não tenho dúvida nenhuma de que esta Câmara não se furtará da sua responsabilidade de construir uma solução, junto com a Prefeitura, juntamente com vocês. O processo, como eu disse anteriormente, é uma catástrofe. Nós nunca tínhamos vivenciado uma situação como essa em nosso País. Essa não é a maior tragédia do Estado do Rio Grande do Sul, mas, sim, a maior tragédia do Brasil. E muitos de vocês me conhecem, inclusive, eu tenho uma boa relação histórica com muitos que estão aí nas galerias. Vocês sabem que o governo Melo foi um governo que teve o olhar desde o início para o 4º Distrito. Infelizmente, nós estamos vivendo, sim, um momento muito difícil, e este governo não vai se furtar desse diálogo para uma construção aqui junto à Câmara de Vereadores, respeitando a independência dos poderes, o prefeito respeita essa relação. E aquilo que brotar aqui no plenário eu tenho certeza de que será respeitado pelo prefeito.

O que eu não gostaria de ter que vir aqui à tribuna falar para vocês é que eu vi muitos desses vereadores da oposição subirem aqui à tribuna para criticar, mas eu não vi as suas bancadas, em nível estadual ou federal, proporem, por exemplo, Ver. Schirmer, a isenção de Imposto de Renda, isenção de IPI. Não vi algum projeto de algum deputado federal do PT, do PSOL, do PCdoB, lá na Câmara Federal, no Senado, com alguma proposição desse tipo. Ora, eu não vi nenhum deputado da oposição fazer alguma proposição na Assembleia Legislativa para a isenção de ICMS. Então é muito fácil fazer um discurso fácil e raso aqui na Câmara de Vereadores, porque estão cheias aqui as

galerias, para fazer exatamente uma situação de jogar a população, os empreendedores contra a Câmara de Vereadores, contra também uma Prefeitura, um governo que sempre teve um olhar

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sim, nós estamos aqui construindo o projeto, é isso o que eu estou dizendo, é uma questão de bom senso. Nós estamos construindo aqui o projeto. O que eu estou dizendo é que aqueles que vêm fazer discurso fácil aqui são os mesmos que não fazem a mesma proposição em nível federal ou estadual. Portanto, é fundamental que nós nos respeitemos. A Prefeitura vai fazer, sim, junto com a Câmara de Vereadores, a melhor proposição possível para os empreendedores e para toda a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, como o Ver. Pablo citou o meu partido, talvez ele desconheça, mas nós articulamos no Congresso Nacional a isenção de IPI e também a suspensão da dívida do Estado por três anos. Talvez ele precise acompanhar melhor as notícias.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Mauro, vereadores, colegas, olhem, eu falo aqui nesta tribuna não como vereadora, como empresária que fui por dez anos, e sei muito bem que o empresário no Brasil, é um herói! Por uma série de questões: excesso de impostos, juros altos, tributação, leis trabalhistas, insegurança, concorrência. Tudo isso prejudica de uma forma profunda o empresário, os empreendedores. Esse projeto que trata da suspensão do IPTU, do ISSQN das áreas atingidas, dos bairros que sofreram com a enchente, é mais do que lógico! E eu aqui estava pensando que há pouco tempo o governo fez uma enorme campanha para que os empresários fossem para o 4º Distrito, que se estabelecessem lá; isso nós todos assistimos. Ora, nada mais justo de que agora essa mão se estenda a esses mesmos empresários e empreendedores que agora estão lá no 4º Distrito e foram violentamente atingidos com a catástrofe climática. Preocupada com essa reconstrução da economia de Porto Alegre e atenta que sou a essa questão do empreendedor e do empresário, principalmente, voltada a todas as esferas, eu quero compartilhar aqui que em nível federal existe um projeto, e protocolei uma moção de solidariedade à Lei nº 1.915 que estabelece medidas emergenciais de suporte financeiro e fiscal para recuperação e fortalecimento da economia no Rio Grande do Sul. O projeto zera impostos federais, PIS, Pasep, Cofins por cinco anos. O foco é garantir, é preservar empregos. É importante destacar que a nossa

economia precisa de todas as ajudas dos governos municipal, estadual e federal. A nossa economia precisa ser restaurada de forma segura e eficiente, vidas dependem disso. Então, contem com meu apoio, porque reestruturar o 4º Distrito é uma missão dada, e a missão será cumprida.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Já está encerrada, mas emendas foram protocoladas e ainda estão sendo processadas. Não podemos encerrar a discussão enquanto não apregoarmos as emendas ao projeto.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Caros colegas e todos que nos assistem através da TVCâmara, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Jessé, meus colegas de bancada, do PL, a decisão que a gente tem que tomar aqui hoje é muito clara: até que ponto nós vamos para salvar a cidade de uma quebradeira completa e de um nível de desemprego atroz? É aquilo que eu falei na última sessão: "Nós queremos um *tsunami* de miséria na cidade?" Porque o diabo a gente já teve, e eu sei das responsabilidades que estão envolvidas, eu entendo as questões constitucionais envolvidas, mas eu acho que mais do que nunca é preciso que a gente entenda que é um momento de calamidade, é um momento de exceção, é um momento em que nós precisamos dar um passo à frente e assumirmos compromissos – mesmo que os obstáculos nos pareçam absolutamente intransponíveis –, e cada um dos vereadores desta Casa e cada um dos empresários que estão presentes aqui hoje, pressionarem – e sei que o farão – o governo do Estado e o governo Federal para que aumentem a sua participação aqui e cumpram a sua parte, porque nós temos consciência de que Porto Alegre tem cobertor curto, nós temos consciência que as únicas fontes da cidade são esses impostos, mas também temos consciência de que cada um que foi prejudicado e que não tiver isenção aqui hoje vai ser motivo de desemprego e de fome para as famílias que trabalham no setor. Aí é uma questão de optar: o gasto que a cidade vai ter para ajudar a todos os desempregados desta calamidade, ou é melhor que eles tenham uma empresa para voltar; é melhor que eles tenham um negócio para voltar do que ficarem todos nas costas do Município no serviço assistencial, que vai custar uma fortuna para Porto Alegre também. Então é uma escolha de Sofia. Eu entendo a angústia do secretário Fantinel aqui presente, da secretária Júlia Tavares, mas nós não podemos deixar de olhar para o que todo mundo enfrentou, todos os empresários da mancha, do alagamento e da inundação. Nós precisamos votar favoráveis, hoje, a esse projeto e às emendas que envolvem o PLCE nº 006/24, para que a gente possa dormir com a consciência tranquila de que a parte de Porto Alegre foi feita. E agora, incessantemente, cobrar a parte do governo do Estado e a parte do governo federal, porque estão bem pequenininhas ainda, principalmente de quem leva os recursos do Município para Brasília e não devolve nada depois em troca. Então, esses recursos, municipalista que sou, precisam voltar mais para Porto Alegre, porque ao dar essa isenção que nós queremos dar hoje, nós também não podemos ser irresponsáveis de deixar a saúde sem recurso, a educação sem recurso, a segurança sem recurso; enfim, toda a

infraestrutura que Porto Alegre precisa para se manter até o final deste governo e até 2026, no próximo. Então, eu peço a cada um daqui a consciência de pressionar as outras esferas para que façam a sua parte, porque nós, vereadores, aqui, hoje, vamos votar favoráveis à Emenda nº 06 e ao PLCE nº 006/24. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/24.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro; na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, em especial o público que nos assiste aqui. A gente sabe que estamos trabalhando com uma série de emendas que são contribuições dos vereadores, procurando também auxiliar neste momento tão difícil que enfrenta o nosso Estado e a nossa capital por conta da maior catástrofe climática vivida, que ceifou muitas vidas. Muitos perderam tudo, muitos perderam muito, e aqui, hoje, nós estamos acompanhando a presença dos empresários do 4º Distrito, a quem quero me somar na preocupação com a pronta recuperação, dentro das possibilidades, dos estabelecimentos – dos pequenos, dos médios e dos grandes. Queria fazer uma reflexão e, conversando com o Ver. João Bosco Vaz, vereador do PDT, meu colega de bancada, nós fizemos um gesto aqui, na semana passada, no sentido de passar o aluguel social de R\$ 700,00 para R\$ 1 mil e de passar, Ver. Claudio Janta, o tempo de seis meses para a possibilidade de um ano, na eventualidade da necessidade daquelas famílias que estão nas áreas que foram alagadas, que pudessem ter esse benefício. E nós estamos falando de, secretário Schirmer, secretário Cassio, secretário Fantinel, um auxílio em torno de R\$ 12 mil. Eu não acredito que a maioria dos médios e pequenos estabelecimentos paguem R\$ 12 mil por ano de IPTU, acho que não. Então, eu tenho a impressão de que vocês estão acompanhando o meu raciocínio de que pelo menos R\$ 12 mil, que é o que foi concedido para as pessoas atingidas, seria um valor razoável. Apenas dois meses ou duas mensalidades do IPTU fracionado não representam o valor nem perto de R\$ 12 mil, é isso o que eu estou dizendo. Não sei se vocês estão entendendo o meu raciocínio, dentro da linha do raciocínio: concedermos R\$ 12 mil para quem foi alagado, para as casas que foram atingidas... Eu acho que se tivéssemos um raciocínio nessa linha, pelo menos R\$ 12 mil, que é muito mais do que dois meses, nós teríamos que tentar chegar mais perto de uma conta como essa ou talvez até, para os empresários, um pouco mais do que isso, tendo em vista a geração de emprego, renda e tudo o que representa para a economia do Município. Então é nesse sentido que eu quero me somar, para que a gente possa fazer um esforço e construir uma emenda que possa favorecer mais o comércio, a indústria e os serviços do que apenas o projeto inicial. Mas eu tenho percebido aqui, conversei com o secretário Fantinel que existe a intenção do governo em avançar na negociação, e a gente vai estar trabalhando nesse sentido também. Eu sei que o clima aqui está aflorando, o pessoal está nervoso, muitas pessoas perderam muito, muitas pessoas perderam tudo, mas neste momento nós precisamos entender aqui o que a gente pode fazer para melhor contribuir com este debate e para chegarmos aqui a um

encaminhamento que possa também servir como alento para aqueles que perderam muito, que perderam tudo, que estão com seu comércio fechado. Então nós queremos aqui trazer essa reflexão. Se nós, na semana passada, concedemos para as moradias atingidas em torno de R\$ 12 mil, precisamos pensar que para os empresários precisamos sair desse patamar, pelo menos, para irmos adiante no debate do que poderemos estar fazendo em favor da retomada, em especial, do 4º Distrito, do Sarandi, dos bairros atingidos, severamente atingidos, como é o caso do Menino Deus também, Cidade Baixa, enfim. Ali temos muitos restaurantes, comércio, lotéricas, imobiliárias. Nós estamos atentos sim a essa pauta, queremos dar a nossa contribuição e também queremos nos somar àqueles que entendem que só dois meses no IPTU vai ser pouco, neste momento, para ajudar na retomada que se impõe, para que se possa restabelecer tudo que foi perdido por conta das enchentes. Espero poder ter sido claro no nosso encaminhamento no sentido de tentarmos construir algo que vá um pouco além, que vá acima aí, ou até R\$ 12 mil, que foi o que nós concedemos para as residências atingidas. Pela atenção, muito obrigado; pela compreensão, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mais algum vereador vai discutir? (Pausa.) Vamos suspender a sessão até que a Diretoria Legislativa possa processar as emendas apresentadas pelos Srs. Vereadores. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h12min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (16h16min) Estão reabertos os trabalhos. Passo à Diretoria Legislativa para que proceda ao apregoamento das emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos a apregoar as emendas apresentadas ao PLCE nº 006/24.

Declaramos prejudicada a Emenda nº 05 ao PLCE nº 006/24, em função de, por equívoco, ter sido protocolada de forma idêntica à Emenda nº 02.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 06 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo o requerimento de autoria Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nº 04 e nº 10 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 08 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo as Emendas nº 14 e nº 15, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando dispensa do envio das Emenda nº 14 e nº 15

ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 14 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 15 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo a Emenda nº 16, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 16 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 16 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 16 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo a Emenda nº 17, de autoria da Ver. Biga Pereira e do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 17 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 18, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emenda nº 18 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 18 ao PLCE nº 006/24.

Apregoo a Emenda nº 19, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 19 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 20, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 20 ao PLCE nº 006/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 20 ao PLCE nº 006/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 20 ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLCE nº 006/24. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Mauro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhoras; quero trazer a nossa saudação aos nossos empresários do 4º Distrito e outros que estão conosco. Nós estamos votando o projeto de remissão, de suspensão de IPTU para empresas e também para pessoas físicas que residem ou que estão estabelecidas naquilo que estamos chamando de mancha. Sei que já se discutiu bastante, sei que é preciso ser rápido, sei que está na hora de votar, mas não pude deixar de estar aqui para dizer que fui diretor-geral do DEP, de 2001 a 2004. À época, nós fizemos um projeto básico no DEP para reforma e ampliação de todas as casas de bombas de Porto Alegre. Levei o projeto à Brasília para pedir recursos; os recursos chegaram aqui em Porto Alegre, e todos sabem que perdemos os recursos porque não foram elaborados os projetos de execução da obra. Portanto, nós estamos aqui para dizer que em Porto Alegre – já apresentei uma proposta – precisa retornar a existência de um órgão que trate exclusivamente da drenagem urbana. Se perdeu o DEP e a Prefeitura está tateando no escuro, não sabe o que fazer. Tira água daqui, ela vai para lá. Isso está acontecendo no Humaitá, no Navegantes, lá no Anchieta, no Sarandi. É preciso um órgão que cuide de drenagem. E, com relação a esses projetos, nós precisamos votar favoravelmente ao projeto e favoravelmente às emendas. Um abraço a todos, obrigado. E vamos votar “sim”, para sermos rápidos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Presidente, eu não tive acesso à Emenda nº 20, mas eu só espero que tenham arrumado esse projeto que beneficia bairros – volto a insistir – que não têm necessidade de receber nada, como o alto do Centro Histórico, a Azenha, uma parte da Cidade Baixa, do Cristal. Espero que tenham tido tempo de resolver. Só na mancha para beneficiar esse povo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Só para esclarecer ao público, nós começamos a votar sempre as emendas que são destacadas. Então, se a emenda não é destacada, ela fica para depois.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 006/24. Os vereadores têm conhecimento da emenda? Precisam que eu leia a emenda? Não. O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Olha aqui, ouve, vereadora: eu sou morador do Jardim Sabará.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Eu estou brincando, mas ouça. Eu sou morador do Jardim Sabará. Agora, o Ver. José Freitas incluir o Jardim Sabará não tem cabimento. Sou morador. Gente, no dia 16 de janeiro eu perdi um carro no Jardim Sabará, em frente a um número específico. Agora perdi novamente em frente de um número. Agora perdi de novo, específico, na frente de um número, porque não adianta, o governo não arruma o valão. Agora, incluir o Jardim Sabará todinho? Não tem como.

(Manifestações do plenário.)

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Não mesmo, está aqui, José Freitas. Aparício Borges...

(Manifestações do plenário.)

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Sim, mas é a 20. E se nós rejeitarmos a Emenda nº 20?

(Manifestações do plenário.)

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Presidente, eu acredito que nós temos como corrigir criando uma orientação de voto favorável à subemenda à Emenda nº 20, uma vez que diversas regiões... O projeto original do governo incluiu o bairro onde eu moro, e eu não fui impactada. Eu creio que é importante a gente considerar um acordo para a Emenda nº 20 e o Ver. José Freitas...

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Presidente, já tem a subemenda que vai corrigir? Tem que ter essa aprovada e a subemenda corrige dizendo que é só no local da mancha. É a Emenda nº 20.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, como líder do governo, nós fizemos, pela liderança, a Emenda nº 20, que fala especificamente isso, que todos os locais atingidos pela mancha, pelo georreferenciamento serão atendidos. Então, não precisa ser um bairro inteiro. A gente vai ter o destino. Se nós aprovarmos a Emenda nº 04, nós vamos prejudicar a Emenda nº 20. Então, nós precisamos retirar ou rejeitar.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS) (Requerimento): Diante disso, eu retiro a Emenda nº 04. (Palmas.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente, a Emenda nº 05 também inclui a Restinga; é o mesmo caso. Também será atendida a Restinga dentro da Emenda nº 20. Então, eu solicito que o vereador proponente da Emenda nº 05 a retire ou nós rejeitemos.

(Manifestações do plenário.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadores, o Ver. José Freitas, a Ver.^a Mari e o Ver. Alvoni Medina querem retirar a Emenda nº 04 ao PLCE nº 006/24; como nós estamos em processo de votação, só pode ser retirada se houver acordo de todos os líderes. Consulto os vereadores se há acordo para a retirada da Emenda nº 04?

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): E a Emenda nº 05.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): De quem é a autoria da Emenda nº 05?

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Minha!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Do Ver. Janta.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): As Emendas nº 02, 04 e 05.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Consulto os vereadores se há acordo para a retirada das Emendas nº 02, 04 e 05 ao PLCE nº 006/24? (Pausa.) Declaro retiradas as Emendas nº 02, 04 e 05, conforme acordo dos líderes e da totalidade dos vereadores.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Sr. Presidente, a Emenda nº 19 tem a mesma prejudicialidade, ela estipula alguns bairros que, se for votada, vai prejudicar a Emenda nº 20. Então, ou o vereador proponente retira a Emenda nº 19, ou nós a rejeitamos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadora, vamos votando, e a senhora, como líder, converse com o autor da Emenda nº 19 para ir ajustando enquanto nós entramos no processo de votação.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 006/24.

Antes, de iniciarmos a votação, vamos ler a Emenda nº 06, pois muitas entraram na parte da tarde. Então, acaba-se tendo alguma dificuldade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da parte normativa da Emenda nº 06.) É este o texto da emenda, Sr. Presidente.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, a líder do governo me procurou para retirar a emenda que incluía os seguintes bairros: Jardim das Palmeiras, Parque Madepinho, Cavahada, Ponta Grossa; pegava também a Rua Dorival Castilhos Machado, que é uma rua no bairro Aberta dos Morros, Ipanema e Guarujá. Segundo ela, vai estar dentro do georreferenciamento. Então, para nós do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores não há problema, desde que essas comunidades que estão até agora atingidas possam ser contempladas.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): A liderança do governo dá acordo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Se os vereadores dão acordo ao requerimento do Ver. Jonas Reis, declaro retirada a Emenda nº 19 ao PLCE nº 006/24 por acordo dos vereadores, na sua totalidade.

Declaro a prejudicialidade da Emenda nº 07 ao PLCE nº 006/24.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** (Palmas.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 006/24, com ressalva da prejudicialidade parcial.

A votação da Emenda nº 07 ficou parcialmente prejudicada, Ver. Robaina. Então, nós podemos votar a Emenda nº 07, e a parte que se soma à Emenda nº 06 podemos... É isso diretor legislativo? (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo pede alguns minutos para estudar a Emenda nº 07, que está parcialmente prejudicada. (Pausa.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Presidente, a próxima emenda tem uma parte que está prejudicada, justamente sobre o período da isenção do pagamento

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Artigos 1º e 3º, vai ficar o art. 2º.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): A parte que não está prejudicada é objeto de um projeto de lei. Então, na verdade, eu quero solicitar a retirada da Emenda nº 07 ao PLCE nº 006/24. Não precisa ser votada essa emenda, porque eu quero aprovar o projeto de lei que vai ser votado, hoje ou na próxima sessão, na medida em que nós já estamos contemplados com a isenção do IPTU que foi aprovada agora. Então não precisa votar essa emenda. Nós votando o projeto... O meu projeto prevê a isenção de IPTU como lei, não simplesmente de acordo com as circunstâncias e com o momento, é uma lei que define que quando há enchentes, as famílias e os empresários que são prejudicados têm a isenção do IPTU. É uma lei. Então vai ter um projeto de lei, e nesse momento a gente volta a discutir o tema. Muito obrigado.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 073/24 na priorização de votação da presente sessão; e que seja votado, assim que possível. Ele trata de uma moção de solidariedade ao Projeto de Lei nº 1.915/24, que altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio, a lei federal que vários vereadores assinaram, inclusive S. Exa., o Presidente, que eu tenho a honra de dizer que é do meu partido, Mauro Pinheiro. Obrigada.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Só para deixar claro. Muito bem, Ver.^a Mônica. Depois desse projeto, segue em votação o que nós tivemos aqui. E mais uma vez parabenizar a mobilização aqui dos empreendedores, moradores do 4º Distrito, e devido à aprovação da emenda, acabamos dispersando um pouco, mas vamos voltar para finalizar a votação desse projeto com todas as suas emendas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** pela totalidade dos vereadores.

Passo para Diretoria Legislativa para falar sobre a prejudicialidade de outras emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Informamos que, em razão da aprovação da Emenda nº 06, fica parcialmente prejudicada a Emenda nº 20, remanescendo desta emenda a parte relativa ao geoprocessamento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Apenas para esclarecer o conjunto do plenário, essa é uma emenda que tem por objetivo garantir a isenção da cobrança de água e esgoto para quem abrigou pessoas desalojadas ou desabrigadas na nossa cidade; também a garantia de isenção de ITBI na aquisição da segunda casa, também pelas pessoas atingidas pelas enchentes.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 09 ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h43min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (16h47min.) Estão reabertos os trabalhos. Em votação a Emenda nº 10, destacada e parcialmente prejudicada, de autoria dos Vereadores José Freitas e Alvoní Medina.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A prejudicialidade diz respeito ao período da isenção. Os demais termos da emenda continuam válidos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Algum vereador se inscreve para encaminhar? (Pausa.) Não. Em votação a Emenda nº 10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram, (Pausa.) **APROVADA.**

Emenda nº 11, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e Ver. Mauro Pinheiro.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, faça um Requerimento solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 11.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Requerimento da Ver.^a Mônica para retirar de tramitação a Emenda de autoria deste vereador, Mauro Pinheiro e Mônica Leal, tendo em vista que ela, se votada agora, prejudicaria a Emenda nº 18, conforme nós aprovamos esta Emenda nº 18 fica melhor, pela decisão dos vereadores. Então, o Ver. Ramiro e o Ver. Tiago vão abrir para que a Ver.^a Mônica possa assinar junto, fazendo uma única emenda, entre a 11 e a 18. Eu não vou assinar a emenda para não prejudicar, porque se eu assinar não poderei presidir a votação da Emenda, e o PP participa junto com os vereadores.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 11 ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 12, destacada, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Sr. Presidente, não vou usar a tribuna, mas vou só explicar: esse é o georreferenciamento, se caso faltar um bairro, alguma coisa, o georreferenciamento vai ampliar, vai colocar. É uma possibilidade técnica de a Prefeitura avaliar aquilo que porventura seja esquecido, nesse momento, já que a tendência é aparecer, não só bairros, mas uma comunidade específica lá dentro do bairro que foi atingida, essa emenda vem dar guarida. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A emenda do Ver. Cassiá Carpes, vou tentar ajudar aqui, vereador, estou com a emenda aqui. Vou ler uma parte da emenda: visa estender às demais localidades que inicialmente não foram listadas de forma expressa no projeto de lei complementar, a possibilidade da concessão da remissão dos créditos tributários não recolhidos espontaneamente. Então caso algum bairro tenha ficado de fora, mas se ficar comprovado que ele teve alagamento, teve perda do imóvel, a emenda possibilita ao governo que ela seja incluída também, que tenha o mérito do benefício concedido às demais localidades. Era isso, Ver. Cassiá? (Pausa.)

Em votação a Emenda de nº 12, destacada, ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

A Emenda nº 13 ao PLCE nº 006/24, não está destacada.

Em votação a Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

As Emendas nºs 15 e 16 ao PLCE nº 006/24 foram retiradas conforme acordo dos vereadores. Passamos à Emenda nº 17.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Presidente Mauro, só peço que verifique e nos dê o conteúdo da Emenda nº 17, porque nós não conseguimos ver, porque ela ainda não estava assinada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Assina a bancada do PCdoB, a Ver.^a Biga e o Ver. Giovani Culau. A Emenda nº 17 altera o art. 1º. (Lê.): “Art. 1º Fica suspensa, até dezembro de 2024, a obrigatoriedade do cumprimento das obrigações tributárias acessórias pelo sujeito passivo.”

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, eu imagino que essa emenda ficou prejudicada a partir da aprovação que fizemos da Emenda nº 6, mas eu imagino que ainda seja possível mantê-la na sua votação no que se refere a garantir a participação do que foi aprovado na Emenda nº 6 das restrições que havia àqueles que possuíam dívida de IPTU. Então é esse trecho que é possível manter a votação, para que não haja restrições ao acesso do benefício que aprovamos na Emenda nº 6. Resumindo, ela acaba com as restrições de acesso à isenção de IPTU. Apenas suprime o parágrafo que restringia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Art. 3º Suprime o §2º do artigo 2º do PLCE nº 006/2024. Justificativa: A emenda tem como objetivo aumentar o prazo para cumprimento das obrigações tributárias acessórias. Além disso, visa perdoar as parcelas vencidas ou vincendas, de IPTU e TCL, referentes ao ano de 2024, bem como isentar de cobrança também no ano de 2025.

Por fim, é necessária a supressão do § 2º do artigo 2º, considerando que o estado de calamidade requer que façamos todo o possível para facilitar o acesso da população ao benefício.

Essa parte que... seria prejudicado o restante e poderia...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, a emenda está prejudicada parcialmente, permanecendo, no entanto, a supressão do § 2º do art. 2º do projeto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Os vereadores conseguiram compreender? Então a Emenda nº 17 está parcialmente prejudicada e fica somente a parte da supressão do art. 2º.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Presidente, eu vou pedir dois minutos. Alguns vereadores ainda estão pedindo para assinar a Emenda nº 18. Vou pedir dois minutos só, para que se possa fazer aqui pelo bloco as assinaturas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Sim, mas a Emenda nº 17 podemos votar?

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Pode concluir a votação da Emenda nº 17 e aí depois paralisa por dois minutos para os vereadores poderem assinar a Emenda nº 18. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 17, destacada, ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Aguardamos alguns minutos para que os vereadores possam assinar a Emenda nº 18, da bancada do NOVO, conforme acordo que retirou a Emenda nº 11, do PP, para que possa assinar junto e mais alguns vereadores também possam assinar junto com o Partido NOVO.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, se for o caso, faço requerimento para que a Emenda nº 18 fique por último, porque eu acho que ela não prejudica a Emenda nº 19 e a Emenda nº 20. Ou suspende a sessão por dois minutinhos, meu Presidente, para abrir o bloco.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então suspendo os trabalhos da sessão por alguns minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h56min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (17h) Estão reabertos os trabalhos. Em votação a Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, quero deixar claro que o projeto pede que sejam isentados os contribuintes que pagaram o IPTU e a Taxa de Coleta de Lixo do exercício 2024 à vista. Naquela época, em janeiro, nós não tínhamos uma calamidade, nós também não somos Deus e não conseguimos fazer milagre. Então, eu queria pedir a sensibilidade dos vereadores, que a gente não aprovasse esta emenda, porque nós já estamos trabalhando para contemplar, vamos seguir trabalhando para acolher, mas quem pagou naquela época, não tinha nenhum problema com relação à sua empresa. Então, estou pedindo aos vereadores a sensibilidade de votarem contrários.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mas, Ver.^a Cláudia, o empreendedor que perdeu tudo e que tinha pago porque tinha dinheiro, agora ele perdeu a casa, perdeu o negócio, e ele não tem nenhum direito? Eu acredito que todos aqueles que tiveram alguma dificuldade tem que ter o direito de ter algum benefício. Ele, na época, ele tinha dinheiro, hoje ele não tem mais, hoje ele está com o seu negócio fechado, com a sua casa alagada.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Presidente pode se manifestar assim?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Eu acho que é uma falta de sensibilidade de V. Exa. dizer que aquele que tinha dinheiro quando não havia enchente, não tenha benefício. Quem não tinha pagado e ia pagar vai ter benefício. Qual é a diferença de um para o outro?

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 18, destacada, ao PLCE 006/24, como autor.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Muito bem, Presidente, e não só isso. Aqui é uma questão também de equidade a que, eu acredito, que a líder do governo não tenha se atentado, porque, ao nós isentarmos o IPTU e fazermos a remissão do IPTU daqueles atingidos a partir de maio de 2024, ou seja, as pessoas que estão pagando parcelado, pagaram o mês de janeiro, pagaram o mês de fevereiro, março, abril, chegou em maio agora, não precisarão pagar mais até o final do ano. A proposta desta emenda aqui é para equiparar aquelas pessoas, aquelas empresas que também fizeram o pagamento antecipado, não é isentar o ano inteiro, é fazer proporcionalmente da mesma forma que os atingidos da enchente. (Palmas.) Então, é isso que me parece aqui que a vereadora, líder do governo, não compreendeu a emenda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mais algum vereador deseja se manifestar? (Pausa.) Em votação a Emenda nº 18, destacada, ao PLCE 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

A Emenda nº 19 ao PLCE nº 006/24 foi retirada. A Emenda nº 20 está prejudicada parcialmente, emenda da Ver.^a Cláudia Araújo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nesta emenda, mantém-se a parte referente ao uso de georreferenciamento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 20, destacada, PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 13 ao PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLCE nº 006/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Procederemos à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Há quórum.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0356/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO N° 011/24, que altera o inc. I do art. 3º, o *caput* do art. 4º; inclui o parágrafo único no art. 9º e o art. 10-A; e revoga o parágrafo único do art. 4º na Lei n° 11.229, de 6 de março de 2012 que institui o bônus-moradia e dá outras providências. **(SEI 118.00473/2024-66)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda n° 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda n° 01.

Observações:

- com Emenda n° 01 (destacada), dos Vers. Jonas Reis, Adeli Sell e Aldacir Oliboni;
- incluído na Ordem do Dia em 29-05-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Estamos discutindo o PLE n° 011/24, referente ao bônus-moradia. (Pausa.)

(Presentes nas galerias cantam o Hino Rio-Grandense.) (Palmas.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos as Emendas n° 02, 03 e 10, de autoria do Ver. Jonas Reis e do Ver. Eng° Comassetto, ao PLE n° 011/24.

Apregoamos a Subemenda n° 01, de autoria do Ver. Jonas Reis e do Ver. Eng° Comassetto à Emenda n° 03, ao PLE n° 011/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas n° 02, 03 e 10 ao PLE n° 011/24 e da Subemenda n° 01 à Emenda n° 03, ao PLE n° 011/24, à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregooo requerimento de autoria do Ver. Eng° Comassetto solicitando a votação em destaque para

as Emendas nº 02, 03 e 10 e para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, todas opostas ao PLE nº 011/24.

Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02, ao PLE nº 011/24.

Apregoamos a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Alvoni Medina e do Ver. José Freitas, ao PLE nº 011/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLE nº 011/24, à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos as Emendas nº 05 e 06, de autoria da Ver.^a Biga Pereira e do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLE nº 011/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nº 05 e 06, ao PLE nº 011/24, à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira deferido pela presidência, solicitando a votação em destaque para as Emendas nº 05 e 06, ao PLE nº 011/24.

Apregoamos a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Claudio Janta, líder da bancada do Solidariedade, ao PLE nº 011/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07, ao PLE nº 011/24, à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 07 ao PLE nº 011/24.

Apregoamos a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 011/24

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLE nº 011/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 08 ao PLE nº 011/24.

Apregoo a Emenda nº 09, de autoria da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Pedro Ruas, ao PLE nº 011/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 09 ao PLE nº 011/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 09 ao PLE nº 011/24.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 04 ao PLE nº 011/24.

Apregoo a Emenda nº 11, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 011/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 11 ao PLE nº 011/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria de Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 11 ao PLE nº 011/24.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLE nº 011/24.

Apregoo a Emenda nº 12, de autoria de Ver.^a Biga Pereira e do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, ao PLE nº 011/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 12 ao PLE nº 011/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 12 ao PLE nº 011/24.

Vereador Pablo Melo (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Pablo Melo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatorze vereadores presentes. Não há quórum.

(17h20min) Encerrada a Ordem do Dia. Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0256/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 011/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o § 2º e inclui § 3º no art. 2º da Lei Complementar nº 554, de 11 de julho de 2006 - que institui a autorização para o funcionamento de atividades econômicas no Município de Porto Alegre, dispõe sobre sua aplicação, expedição, vigência, renovação e cancelamento e dá outras providências -, incluindo as atividades de salões exclusivos para festas de caráter familiar nas exceções à obrigação de possuir EVU aprovado e permitindo o funcionamento destes até as 03h00min (três horas da manhã). **(SEI 220.00122/2024-23)**

PROC. Nº 1211/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 691/23, de autoria do Ver. Everton Gimenis, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Miguel Soldatelli Rossetto. **(SEI 282.00004/2023-82)**

PROC. Nº 0026/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que altera o art. 42 da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014 – que institui o serviço público de transporte individual por táxi no Município de Porto Alegre –, incluindo vigência facultativa do preço do quilômetro rodado II das 13 (treze) horas até as 20 (vinte) horas de todos os dias do mês de dezembro. **(SEI 024.00019/2024-18)**

PROC. Nº 0067/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 038/24, de autoria da Verª Biga Pereira, que institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua. **(SEI 299.00177/2023-94)**

PROC. Nº 0151/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 077/24, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que institui a implantação de ecopontos de coleta de tampas plásticas e lacres de latinhas de alumínio nos órgãos e nas entidades da Administração

Municipal e no comércio local. (SEI 020.00028/2024-11)

PROC. Nº 0212/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 103/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que estabelece, na forma dos arts. 55 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a aplicação de sanções administrativas a estabelecimento comercial que, durante situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município, promova aumento de preços de itens básicos sem a existência de razão econômica legítima para a prática. (SEI 050.00010/2024-81)

PROC. Nº 0320/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/24, que institui a Política Municipal de Compartilhamento de Informações em Prontuários Médicos de Saúde e em Sistemas de Gerenciamento de Internações em Instituições de Saúde em Porto Alegre e estabelece o uso do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como identificador nos bancos de dados dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios na cidade de Porto Alegre. (SEI 118.00464/2024-75)

PROC. Nº 0321/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 169/24, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que denomina Praça Engenheiro Adalberto Kruse Junior o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça Dois Mil Setecentos e Quarenta e Dois, localizado no bairro Teresópolis. (SEI 226.00061/2024-07)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h21min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *